

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

**CREDENCIAMENTO**

<b>CREDENCIAMENTO Nº 02/2025</b>	<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO: 583/SEMUSA/2025</b>		
<b>DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:</b> 03 de junho de 2025 as às 09h10min (horário de Brasília) <b>DATA DE INICIO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTO:</b> 22 de maio de 2025, às 14h30min (horário de Brasília) <b>ENCERRAMENTO:</b> 22 de maio de 2028, às 23h59min (horário local) <b>PETICIONAMENTO ON-LINE NO SITE DO MUNICÍPIO:</b> <a href="https://presidentemedici.ro.gov.br/">https://presidentemedici.ro.gov.br/</a>			
<b>OBJETO</b>			
Processo Administrativo de CHAMADA PÚBLICA via CREDENCIAMENTO para <u><b>contratação de profissionais especializados na área de saúde, Serviços médicos complementares de Horas de Médico Clínico Geral e especialistas visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Medici/RO.</b></u>			
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>			
<b>R\$ 5.990.400,00</b> (cinco milhões novecentos e noventa mil e quatrocentos reais)			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>
NÃO	NÃO	Termo de Contrato ou equivalente	POR ITEM
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Veja ITEM 10 deste Edital)*</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b>  - Sicafe ou documentos equivalentes		<b>Requisitos Específicos: Item 10.12 do Edital:</b>  - Atestado de Capacidade Técnica; - Carteira do Conselho/Órgão de Classe respectivo (frente e verso); - Diplomas e/ou Comprovações dos Profissionais especializados; - Diploma de conclusão de curso de pós-graduação lato ou stricto sensu, caso seja necessário para o exercício de especialidade; - Declaração anexas que possui plena capacidade operacional para execução dos serviços em acordo com o Termo de Referência.	

\* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

MODO DE DISPUTA	Item Exclusivo para ME/EPP?	Item com Reserva de Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Demonstração
PARALELA E NÃO EXCLUDENTE	X	X	NÃO

\* LICITAÇÃO COM ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO, ITENS DE RESERVA DE COTAS e ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI.

**Prazo de envio da proposta/documentos complementares**

**36 (trinta e seis) meses.**

**Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações**

**Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o**

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

*pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

*Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

Recebimento via e-mail: [cpl@presidentemedici.ro.gov.br](mailto:cpl@presidentemedici.ro.gov.br) e sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/>

**IMPUGNAÇÃO** (ao transmitir o e-mail, o mesmo **deverá ser confirmado** pelo Agente de Contratação e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 3471-4168 ou 3471 - 2551) ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Presidente Médici - RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. São João Batista, 1613 - Centro, Pres. Médici - RO, 76916- 000.

**AVISO**

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3471 – 4168 ou 2551 e/ou pelo e-mail: [cpl@presidentemedici.ro.gov.br](mailto:cpl@presidentemedici.ro.gov.br)

**AVISO DE CREDENCIAMENTO N° 002/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 583/SEMUSA/2025**

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1. PREÂMBULO:**

**1.1.1.** A Prefeitura do Município de Presidente Médici-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 04.632.212/0001-42, com sede à Av. São João Batista, 1613 - Centro, Pres. Médici - RO, 76916-000, através do Agente de Contratação designado pelo Portaria Nº 073/SEMGOV/2023, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicado a realização do precesso de CHAMAMENTO PÚBLICO via CREDENCIAMENTO para **contratação de profissionais especializados na área de saúde, Serviços médicos complementares de Horas de Médico Clínico Geral e especialistas visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Medici/RO.**

**1.1.2.** As contratações decorrentes do presente chamamento serão formalizadas na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 19.359/2022; e as exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e nos seus anexos;

**1.1.3. O Credenciamento inicia dia 22/05/2025.**

**1.1.4.** Do valor estimado para o Credenciamento **R\$ 5.990.400,00 (cinco milhões novecentos e noventa mil e quatrocentos reais).**

**1.1.5.** Cronograma:

EVENTO	DATA
Publicação do Edital	20/05/2025
Período de solicitação de credenciamento (Início e fim).	22/05/2025 a 22/05/2028.

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

Prazo para esclarecimento ao Edital	Podendo ser solicitado a qualquer momento durante a vigência do edital (A comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido).
Prazo para impugnação ao Edital	Devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, Até 03/06/2025.  A comissão de contratação; Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
Prazo para Julgamento e homologação do credenciamento	O prazo para análise, julgamento e homologação individual da documentação apresentada no âmbito deste chamamento público será de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir do recebimento dos documentos.
Prazo para Recurso após inabilitação ou descredenciamento	O interessado poderá interpor recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de publicação da Decisão.
Prazo para Julgamento do recurso	O recurso será dirigido à comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, será divulgada em sítio eletrônico oficial.

## **1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:**

**1.2.1.** Este Credenciamento encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo Nº 583/SEMUSA/2025**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

## **2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO**

**2.1. DO OBJETO:** Processo Administrativo de CHAMADA PÚBLICA via CREDENCIAMENTO contratação de profissionais especializados na área de saúde, Serviços médicos complementares de Horas de Médico Clínico Geral e especialistas visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Medici/RO, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (anexo VI).

## **2.2. DAS ESPECIFICAÇÕES, ESTIMATIVA E QUANTIDADES:**

Item	Código SCPI	Descrição	Und	Quant/ anual	Valor por Hora
01	019.018.086	29952	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL.	Hr	5916

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

02	019.018.087	2496	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM ANESTESISTA.	HR	6335	<b>2.3.</b> m  c a s o d e d i s c o r
03	019.018.088	4992	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM CIRURGIÃO GERAL.	HR	24430	
04	019.018.089	4992	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM GINECOLOGISTA/OBSTETRA.	HR	13951	
05	019.018.090	4992	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM PEDIATRIA.	HR	6149	
06	019.018.091	2496	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM PSIQUIATRIA.	HR	6165	

dância existente entre as especificações deste objeto descritas no código CATMAT e as especificações constantes no Termo de Referência, prevalecerão às últimas;

**2.4.** O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**2.5.** O Prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.6.** O presente contrato poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e da contratada, desde que mantidas as condições iniciais, observado o interesse público e a conveniência administrativa.

**2.7.** A prorrogação poderá ocorrer por iguais e sucessivos períodos, respeitado o limite legal de duração contratual conforme o tipo de objeto (fornecimento contínuo, prestação de serviços etc.), independentemente da celebração de termo aditivo, desde que expressamente prevista no edital e no contrato.

**2.8.** A prorrogação dar-se-á mediante celebração de termo aditivo, nas seguintes hipóteses:

**2.9.** I – Para serviços prestados de forma contínua, por períodos sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses;

**2.10.** II – Para assegurar a conclusão do objeto, sua adequação ao interesse público ou à transição contratual, conforme previsto no §1º do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

**2.11.** A contratada será comunicada formalmente sobre a intenção da prorrogação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término contratual.

**2.12.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**2.13.** O quantitativo e respectivo código do item está discriminado na tabela acima.

**2.14.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2.15.** FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Conforme estabelecidos no Termo de Referência – Anexo VI deste Edital.

**2.16.** DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão:

Programa: 2212 Incentivo da APS - custeio

Ficha: 224

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00

Programa: 2072 Manut. da Média e Alta Complexidade

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

Ficha: 235  
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00  
Programa: 2074 Manut. do Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS  
Ficha: 239  
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00

### **3. DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTAS**

**3.1.** Os interessados deverão elaborar suas propostas contendo o valor unitário e total para os serviços propostos, já considerados e inclusos todos os tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto.

**3.2.** Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo a execução ser realizada sem ônus adicional.

**3.3.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

**3.4.** Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, o credenciado deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação.

**3.5.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global por item em algarismos e por extenso.

**3.6.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global do item, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**3.7.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**3.8.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro Licitante.

**3.9.** O valor estimado para contratação será o valor máximo que a administração está disposta a pagar.

**3.10.** A proposta comercial deverá ser enviada assinada pelo representante, e deverá conter as seguintes informações:

**3.10.1.** Quantitativo;

**3.10.2.** Preço unitário, conforme unidade de fornecimento, com até duas casas decimais após a vírgula;

**3.10.3.** Preço Total, com até duas casas decimais após a vírgula;

**3.10.4.** Dados bancários para pagamento; e

**3.10.5.** A proposta deverá ter prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

### **4. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO**

**4.1.** Os interessados deverão encaminhar suas petições diretamente pelo site oficial do município, a

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

qualquer tempo.

**4.1.1.** Para todos os interessados em realizar petições ou acompanhamentos no sistema eletrônico (eProc), é necessário efetuar o cadastro, seja pessoa física ou jurídica. O processo de cadastro deve ser feito presencialmente na Superintendencia Municipal de Licitação - SML, localizada no prédio da Prefeitura do Município de Presidente Médici-RO, Av. São João Batista, 1613 - Centro, Pres. Médici - RO, 76916-000, das 07:30h às 13:30h de segunda a sexta-feira.

**4.1.2.** Uma vez concluído o cadastro no sistema eProc, o procedimento a ser seguido para o **Credenciamento 002/2025** é o seguinte: acesse o Site Oficial em <https://presidentemedici.ro.gov.br/> e, em seguida, siga a sequência de navegação a seguir: Protocolo DigPROC (eProc) > Portal de Serviço > Processos > Peticionamento Online > Novo Peticionamento. Dentro dessa etapa, selecione a Unidade/Orgão desejado, que neste caso é a SML (SML - Superintendência Municipal de Licitação), e especifique o Tipo de Petição (Serviços de Profissionais de Saúde), considerando ser uma Pessoa Jurídica.

**4.2.** <https://transparencia.presidentemedici.ro.gov.br/transparencia/servicos/index.php>

**4.3.** O presente Edital ficará aberto por prazo de 36 (trinta e seis) meses para ingresso de novos interessados.

**4.4.** Não haverá procedimento de classificação das manifestações, sendo que todos que se manifestarem e que atenderem as exigências do presente Edital poderão celebrar contrato.

**4.5.** Contratação paralela e não excludente, caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, o edital conterá objeto específico e deverá observar o seguinte:

**4.5.1.** O órgão ou entidade contratante deverá emitir documento que apresente, para cada demanda específica, pelo menos:

- I - descrição da demanda;
- II - razões para a contratação;
- III - tempo e valores estimados de contratação, incluindo os elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados e o memorial de cálculo;
- IV - número de credenciados necessários para a realização do serviço;
- V - cronograma de atividades, com previsão das datas de início e de conclusão dos trabalhos;
- VI - localidade/região em que será realizada a execução do serviço.

**4.5.2.** As demandas deverão seguir, necessariamente, os parâmetros do objeto a ser executado e exigências de qualificação definidos pelo edital de credenciamento às quais se referem.

**4.6. ANÁLISE TÉCNICA:**

ORDEM	CRITÉRIOS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTO
1º	Conformidade Técnica	SEMUSA	Manifestação documental nos autos do processo sobre as características técnicas da prestação de serviço.
2º	Conformidade Certidões e Anexos	AGENTE DE CONTRATAÇÃO E COMISSÃO NOMEADA	Responsável verificará e atestará a regularidade de inscrição do interessado (toda a documentação exigida no Termo de Referência para fins de comprovação de idoneidade e regularidade fiscal).

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

3º	Homologação	GABINETE	Homologação de credenciamento
----	-------------	----------	-------------------------------

**4.7.** O resultado do credenciamento será publicado de forma individual no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, Jornal Diário de Grande Circulação e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município no prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis após a análise da comissão.

**4.7.1.** Os fornecedores credenciados no município de Presidente Médici podem ser encontrados no site oficial. Para acessá-los, basta seguir a sequência de navegação a seguir: acesse o link (<https://transparencia.presidentemedici.ro.gov.br/transparencia/>).

**4.7.2.** O resultado, com a lista de credenciados relacionados neste edital, será divulgado de acordo com a ordem cronológica de petição via eProc.

**4.8.** Para a contratação do credenciado, deverá ser realizado processo de inexigibilidade de licitação, previsto no inciso IV do art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo o processo observar o disposto no art. 72 da referida lei.

## **5. DA HABILITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** Poderão se credenciar pessoas Jurídicas legalmente constituídas de acordo com a legislação do país, que tenham por objeto social atividade compatível e condizente com o objeto mencionado.

**5.2.** Não poderão participar deste credenciamento todos que não atenderem o item 14 do Termo de Referência, incluindo também:

**5.2.1.** proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**5.2.2.** que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**5.2.3.** que não tenham no estatuto ou contrato social o objeto desta Licitação;

**5.2.4.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente; e

**5.2.5.** que estejam sob falência, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

**5.2.6.** empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Presidente Médici ou com qualquer outro Município ou ente da administração, direta ou indireta.

**5.3.** Não será aceita documentação vencida e nem protocolos, salvo os protocolos de pedido de revalidação dos documentos constantes da documentação técnica;

**5.4.** As documentações deverão estar legíveis e identificadas, com as informações realçadas, sombreadas (principalmente as publicadas no diário oficial) e separadas respeitando, necessariamente, a ordem da relação abaixo;

**5.5.** É facultado ao Agente de Licitação ou à autoridade competente a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**5.6.** Profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado;

**5.7.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função de Agente de Contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

**5.8.** Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**6. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA HABILITAÇÃO**

**6.1.** Concluída a fase de CONFORMIDADE TÉCNICA quanto às especificações do serviço e compatibilidade do preço, o Agente de Contratação e a comissão verificará, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.2.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF (caso tenha).

**6.2.1.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>).

**6.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

**6.2.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**6.2.4.** Constatada a existência de sanção, o Agente reputará o não credenciamento, por falta de condição de participação.

**6.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos participantes será verificada por meio do SICAF ou autenticidade no respectivo site do documento apresentado.

**6.4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**6.4.1.** Documentos exigidos em conformidade com do **item 14** do Termo de Referência.

**6.4.2.** Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

**6.4.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou contrato consolidado em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**6.4.4.** Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a diretoria em exercício;

**6.4.5.** Decreto de autorização, caso se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**6.4.6.** Certificado de Registro do CNPJ junto ao Conselho Regional de Medicina.

**6.4.7.** Certificado de responsabilidade Técnica do Médico responsável pela clínica ou hospital. Este deverá durante a vigência do contrato, em uma das seguintes situações:

**6.4.8.** Se fizer parte do quadro permanente da interessada, condição comprovada através de fotocópia autenticada da ficha de registro de empregados ou do registro em carteira



---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

profissional, juntada aos documentos de habilitação.

- 6.4.9.** Se profissional autônomo contratado pela empresa, condição comprovada por cópia autenticada do contrato, juntada aos documentos da habilitação.
- 6.4.10.** Se proprietário, ou sócio ou administrador da empresa, condição comprovada por cópia autenticada do contrato social da empresa, junto aos documentos da habilitação.
- 6.4.11.** . A apresentação de habilitação técnica na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente as especificações e as condições estabelecidas no edital e obteve as informações necessárias e satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar sua documentação.
- 6.4.12.** Documento oficial com foto do sócio administrador da empresa (RG/CNH).
- 6.4.13.** Curriculum vitae do Responsável Técnico com comprovação dos títulos.

**6.5. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- 6.5.1.** Documentos exigidos em conformidade com do **item 14** do Termo de Referência.
- 6.5.2.** Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 6.5.3.** Certidão Negativa de Tributos Estaduais (fins de licitação), ou positiva com efeito negativo;
- 6.5.4.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.5.5.** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- 6.5.6.** Certificado de Regularidade Previdenciária CRP.
- 6.5.7.** . Alvará de funcionamento ou Sintegra;
- 6.5.8.** Certidão Negativa de débitos junto ao Conselho de Medicina;
- 6.5.9.** Termo de Regularidade expedido pelo SCNES – Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (Base Municipal ou Nacional).
- 6.5.10.** . Certidão negativa do Conselho de Classe, no tocante a anuidade e a existência de penalidades do exercício da profissão;
- 6.5.11.** . Certidão de antecedentes criminais junto a Justiça Federal do domicílio em que o profissional reside;
- 6.5.12.** Certidão de antecedentes criminais junto a Justiça Estadual do domicílio em que o profissional reside;
- 6.5.13.** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data do recebimento dos documentos via e-proc.
- 6.5.14.** A empresa que estiver em recuperação judicial ou extrajudicial (certidão positiva) deverá, juntamente com a certidão, apresentar o seu plano de recuperação judicial ou extrajudicial por meio de certidão de objeto e pé ou homologação judicial do plano, conforme o caso, nos termos dos artigos 58 e 165 da Lei nº 11.101/2005;
- 6.5.15.** Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar as certidões referidas no item em seu favor, sem prejuízo das relativas à matriz;
- 6.5.16.** As certidões de que trata o item deverão se referir ao mesmo CNPJ exposto pedido de credenciamento;
- 6.5.17.** Aos interessados enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte que não gozem de regularidade fiscal e/ou trabalhista será facultada a regularização na forma do §

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

1.º do art. 43 da Lei complementar nº 123/2006;

- 6.5.18.** As microempresas e empresas de pequenos interessados em usufruir a faculdade prevista neste item deverão comprovar essa condição mediante apresentação, no requerimento, de declaração de que não paira sobre ela nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do art. 3.º da Lei complementar nº 123/2006 e ainda, comprovação de que se enquadra nos limites estabelecidos pelos incisos I e II do caput do art. 3º desta mesma lei.
- 6.5.19.** A habilitação do interessado depende da apresentação de declaração de que cumpre o inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República.

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

**6.6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA E DEMAIS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS:**

- 6.7. Carteira do Conselho de Classe do respectivo Conselho Regional de Rondônia;
- 6.8. Diploma de Medicina devidamente cancelados pelo Ministério da Educação – MEC;
- 6.9. Diploma de especialidade na área médica exigida devidamente cancelados pelo Ministério da Educação – MEC;
- 6.10. Comprovante de responsável técnico, médico com inscrição regular no Conselho de Classe competente CRM, mediante apresentação de certificado ou documento equivalente;
- 6.11. Apresentação de atestado, contratos ou declaração de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características em prestação de serviços condizentes com o objeto desta licitação.

**6.12. Demais documentos e informações necessárias:**

- 6.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste termo referencial/edital e em seus anexos.
- 6.14. Fica entendido que as especificações e toda a documentação de credenciamento são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe, que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 6.15. Comprovante de responsável técnico, médico com inscrição regular no Conselho de Classe competente CRM, mediante apresentação de certificado ou documento equivalente;
- 6.16. Ter capacidade técnica para atendimento de para realização de consultas e atendimentos médicos especializados nas áreas deste certame, declarando por escrito e seguindo as normas técnicas do respectivo conselho;
- 6.17. As pessoas jurídicas e físicas deverão acatar todas as resoluções e normativas do respectivo conselho de Medicina que regulem o objeto licitado.
- 6.18. Os atendimentos deverão ser realizados nas dependências das unidades de Saúde do Município de Presidente Médici/RO, dependendo de rigoroso controle de ponto e fiscalização.

**6.19. DAS DECLARAÇÕES:**

**6.19.1. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO.**

- a) A licitante deverá apresentar **Declaração de autenticidade/conjuntas**, conforme modelo constante no **Anexo II** deste Edital;
- b) **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital.
- c) A licitante deverá apresentar **Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988**, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.
- d) **Declaração do representante legal da empresa que o estabelecimento possui plena capacidade operacional para execução dos serviços a serem contratados nas quantidades e condições estabelecidos no Termo de Referência e que está em conformidade com as condições estabelecidas na normas vigentes..**

**7. RECURSOS**

- 7.1. Caberá recurso, com efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação no cadastramento para o credenciamento, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação.
- 7.2. Os recursos serão recebidos por meio eletrônico e serão dirigidos à autoridade máxima da pasta por intermédio do agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

designada, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados.

**7.3.** A autoridade máxima, após receber o recurso e a informação do agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a sua respectiva publicação.

## **8. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**8.1.** Para assinatura de contrato será enviado via e-mail um link para acesso ao sistema de processo eletrônico (eProc), para que seja assinado digitalmente em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo ser assinado de forma digital (token) (assinador digital gratuito) <https://transparencia.presidentemedici.ro.gov.br/transparencia/servicos/>).

**8.2.** A contratação será formalizada mediante assinatura de instrumento contratual próprio, observando-se as condições estabelecidas no edital e em seus anexos. A vigência contratual iniciará a partir da assinatura do contrato e poderá ser limitada à vigência do credenciamento, salvo disposição diversa da Administração.

**8.3.** A assinatura do contrato estará condicionada à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa, bem como ao cumprimento integral das exigências editalícias, na forma do art. 71, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**8.4.** A vigência contratual será definida no instrumento contratual e poderá estender-se até o encerramento da vigência do chamamento público, podendo ser prorrogada conforme o interesse da Administração, desde que observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

**8.5.** O prazo para formalização da contratação será de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação do ato de homologação individual, salvo justificativa aceita pela Administração.

**8.6.** A Administração poderá convocar os credenciados para contratação conforme a demanda e disponibilidade orçamentária, sem exclusividade ou obrigação de contratação imediata, nos termos do art. 79 da referida Lei.

## **9. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**9.1.** Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

**9.2.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site ([https://transparencia.presidentemedici.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao\\_licitacao&token=72086d9cfc988f91bcdd0d17ac6fdc1&id\\_menu=3](https://transparencia.presidentemedici.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=72086d9cfc988f91bcdd0d17ac6fdc1&id_menu=3)).

**9.3.** Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

**9.4.** Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3471-2551 ou 3471-4168, [cpl@presidentemedici.ro.gov.br](mailto:cpl@presidentemedici.ro.gov.br) ou na sede Prefeitura de Presidente Médici/RO.

## **10. APÊNDICE E ANEXOS**

**10.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: **Modelo de Proposta Comercial (Preços);**

ANEXO II: **Modelo de Declaração de Autenticidade;**

ANEXO III: **Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental;**

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

ANEXO IV: **Modelo de Declaração Inc XXXIII do Art 7º da CF de 1988;**

ANEXO V: **Cadastro de Usuários Externos no eProc;**

ANEXO VI: **Termo de Referência.**

**APÊNDICES:**

Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar – ETP;

Apendice II - Matriz de Gerenciamento de Riscos;

Apendice III- Minuta de Termo de Contrato;

**Arquivos DISPONÍVEIS zipados em anexo ao Edital**

Presidente Médici/RO, 19 de maio de 2025.

Wendel Bragança Dias

Pregoeiro

Port. 073/2023

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**

**ANEXO I - DO EDITAL**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)**

**À SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - SML**

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**

**PROCESSO Nº 0583/SEMUSA/2025**

CREDENCIADO \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_, DOCUMENTO DE IDENTIDADE: \_\_\_\_\_

CONTATO/TELEFONE.: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

Venho através deste, aderir ao CREDENCIAMENTO para contratação de profissionais especializados na área de saúde, Serviços médicos complementares de Horas de Médico Clínico Geral e especialistas visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Médici/RO.

Item	Código SCPI	Descrição	Und	Quant/ anual	Valor por Hora
01	019.018.086	<b>29952</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL.	Hr	5916
02	019.018.087	<b>2496</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM ANESTESISTA.	HR	6335
03	019.018.088	<b>4992</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM CIRURGIÃO GERAL.	HR	24430
04	019.018.089	<b>4992</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM GINECOLOGISTA/OBSTETRA.	HR	13951
05	019.018.090	<b>4992</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA	HR	6149

Endereço: Av. São João Batista, 1613 - Centro, Pres. Médici - RO, 76916-000

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

			CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM PEDIATRIA.		
06	019.018.091	2496	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM PSIQUIATRIA.	HR	6165

Prazo de validade da Proposta: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Declaramos que estamos cientes de que, após a homologação, a empresa estará credenciada junto ao município por um período de 36 (trinta e seis) meses. Comprometemo-nos a não recusar a execução dos serviços durante esse período, a menos que solicitemos o descredenciamento antes da emissão da ordem de serviço.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**

**ANEXO II - DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

**À SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - SML**

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**

**PROCESSO Nº 0583/SEMUSA/2025**

CREDENCIADO \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_, DOCUMENTO DE IDENTIDADE: \_\_\_\_\_

CONTATO/TELEFONE.: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

a) A Pessoa Jurídica \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, localizada na rua.\_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, do estado de \_\_\_\_\_, DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**, são autênticos e Declara:

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

- b) DECLARA que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Nova Lei de Licitações 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.
- c) DECLARA a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.
- d) DECLARA que não existe fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

....., em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**

**ANEXO III - DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**À SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML**

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**

**PROCESSO Nº 583/SEMUSA/2025**

CREDENCIADO: \_\_\_\_\_  
CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_, DOCUMENTO DE IDENTIDADE: \_\_\_\_\_  
CONTATO/TELEFONE.: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO Nº 002/2025, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão MPOG.



---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG/CPF:  
TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA EMITENTE

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**

**ANEXO IV - DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**À SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML**  
**CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**  
**PROCESSO Nº 583/SEMUSA/2025**

CREDENCIADO \_\_\_\_\_  
CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_, DOCUMENTO DE IDENTIDADE: \_\_\_\_\_  
CONTATO/TELEFONE.: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (     ).

*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.*

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

Nome:  
RG/CPF:  
TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA EMITENTE

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**

**ANEXO V - DO EDITAL**

**CADASTRO DE USUÁRIOS EXTERNOS NO EPROC;**

<https://presidentemedici.ro.gov.br/>





**Município de Presidente Médici**

04.632.212/0001-42  
[www.presidentemedici.ro.gov.br](http://www.presidentemedici.ro.gov.br)



**DIGPROC**  
Processo Eletrônico

**Gestão Integrada  
de Processos e  
Documentos**

Versão 2.0.0.712 (3052)

**Acesso para Usuários Internos**

Usuário/Login

Senha

Data

**Aguardando Login....**

**Acesso para Usuários Externos**

 Portal de Serviços  
(Atendimento/Público)

Pública Serviços Ltda © Copyright 2019-2025

ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML

Logar com seu CPF

Portal de Serviços  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI

CPF: 

A+

A

A-

Digite seu CPF

Entrar com seu CPF

Entrar com gov.br



Portal de Serviços  
MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

CPF: 713.796.492-34 

A+

A

A-

PROCESSOS  
Gestão de Processos e Documentos

Assinar Documentos  
Documentos pendentes de assinatura eletrônica

Meus Documentos  
Meus Documentos

Visualizar Documentos  
Visualizar documentos através do seu ID e código verificador

Peticionamento Online  
Abertura de processo (protocolo)

Ciência em Documentos  
Documentos a serem dado o cliente

Envio de Documentos  
Documentos a serem enviados

Documentos Assinados  
Documentos assinados recentemente

Visualizar Processos  
Acompanha processos em andamento

Documentos a Responder  
Documentos a serem respondidos

Mensagens  
Comunicações, esclarecimentos e informações

Cientes Realizados  
Documentos cientes recentemente

Repositórios  
Repositórios de Processos e Documentos

Portal de Serviços  
MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

CPF: 713.796.492-34 

A+

A

A-

PROCESSOS  
Gestão de Processos e Documentos

Petições

Filtre por qualquer informação exibida abaixo:

Em Elaboração 0/0

Aguardando 0/0

Deferidas 0/0

Indeferidas 0/0

Canceladas 0/0

ID	Tipo Petição	Num./Ano	Data Petição	Interessado	Situação	Processo
----	--------------	----------	--------------	-------------	----------	----------

COPYRIGHT © 2001 - 2024 - DESENVOLVIDO POR: PÚBLICA SERVICOS (69) 3535-4004  
VERSÃO 2.0.1.44 - 04/11/2024 13:21  
W: 1920  
SEU IP: 170.82.43.6

Endereço: Av. São João Batista, 1613 - Centro, Pres. Médici - RO, 76916-000

ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML

Portal de Serviços  
MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

CPF: 713.796.492-34

PROCESSOS

Gestão de Processos e Documentos

Nova Petição/Novo Processo

Voltar

Selecione a Unidade/Orgão

Todos

Interessado

JONHISON JOSE ANDRADE

Síntula

SML - Credenciamento - Contratação de Pessoas Jurídica - Serviços Bancários

Descrição do Tipo de Petição

230 - SML - Credenciamento - Contratação de Pessoas Jurídica - Serviços Bancários

Escritório/Despachante

Concordo Termo

Criar Petição

3 - Seguir as instruções do site para aceitar os Termos e fazer o primeiro acesso ao sistema.

#### Para Credenciamento junto ao Atendimento da Prefeitura:

- Comparecer pessoalmente ao Atendimento da Prefeitura de Ariquemes munido de seus Documentos Pessoais;
- Assinar o Termo de Concordância e Veracidade na presença do Atendente;
- Aguardar o recebimento do e-mail com Usuário e Senha de acesso, enviado no ato do cadastro.

Em caso de dúvida entre em contato via WhatsApp (69) 3516-2040.

**Obs:** Caso não tenha recebido seu usuário e senha, verifique sua caixa de SPAM e/ou Lixo Eletrônico para garantir que o email não esteja lá e adicione o email credenciamento@ariquemes.ro.gov.br nos contatos para evitar problemas.

## AUXILIO PARA ANEXO

whats (69) 9 9919-4189  
Dagleelen Somenzari De Lima  
SUPERINTENDE DE LICITAÇÃO

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

**CREDENCIAMENTO Nº 10/2024**

**ANEXO VI - DO EDITAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA LEI 14.133/21**

**Processo Administrativo n. 583/2025**

**1. INTRODUÇÃO**

Este processo de contratação está fundamentado na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e demais legislações correlatas.

**2. DO OBJETO**

2.1. Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de Serviços médicos complementares de Horas de Médico Clínico Geral e especialistas visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Medici/RO.

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/QUANTIDADES DO OBJETO**

Item	Código SCPI	Descrição	Und	Quant/ anual	Valor por Hora
01	019.018.086	<b>29952</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL.	Hr	5916
02	019.018.087	<b>2496</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM ANESTESISTA.	HR	6335
03	019.018.088	<b>4992</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM CIRURGIÃO GERAL.	HR	24430
04	019.018.089	<b>4992</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM GINECOLOGISTA/OBSTETRA.	HR	13951
05	019.018.090	<b>4992</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM PEDIATRIA.	HR	6149
06	019.018.091	<b>2496</b>	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALISTA EM PSIQUIATRIA.	HR	6165

3.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no código CATMAT e as especificações constantes no Termo de Referência, prevalecerão às últimas;

3.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.3. O Prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.4. O quantitativo e respectivo código do item está discriminado na tabela acima.

3.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

#### **4. METODOLOGIA DE CÁLCULO**

A metodologia de cálculo para estimativa das quantidades encontra-se pormenorizada em Tópico específico no Documento de Formalização de Demanda ID: 559276

#### **5. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO**

O Credenciamento de Pessoas Jurídicas tem como objetivo suprir a demanda emergencial de serviços médicos nas unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Médici/RO, atendendo às necessidades da população enquanto se finaliza o levantamento da demanda real e se prepara a abertura de concurso público. Atualmente, o município enfrenta escassez de profissionais médicos, o que prejudica a continuidade e qualidade do atendimento, especialmente nas situações de urgência e emergência. Nos sábados, domingos, feriados e períodos noturnos, a responsabilidade pelo atendimento de urgência recai exclusivamente sobre o único hospital municipal, o Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, o que resulta em sobrecarga. Dessa forma, o credenciamento de empresas para contratação de médicos especializados, como clínicos gerais e especialistas, surge como a solução mais eficaz para garantir a cobertura contínua e adequada dos serviços médicos, incluindo todos os turnos e dias da semana. O processo permitirá atender as necessidades de urgência, emergência, unidades básicas e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A contratação temporária por meio deste credenciamento assegurará a continuidade dos atendimentos médicos sem interrupção, evitando prejuízos à saúde da população enquanto se finaliza o planejamento para o concurso público. Essa medida, portanto, é essencial para garantir a qualidade do atendimento e a cobertura necessária até que uma solução permanente seja implementada. Com a contratação de empresas especializadas, o credenciamento garantirá a eficiência e qualidade na prestação dos serviços médicos, respeitando as normas e condições de trabalho adequadas, e oferecendo à população de Presidente Médici/RO um atendimento médico adequado e contínuo.

#### **6. DA SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste termo, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

#### **7. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de Serviços médicos complementares de Horas de Médico Clínico Geral e especialistas a serem prestados nas Unidades de Saúde (Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, Unidades Básicas, Centro de atenção psicossocial) pertencente à Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Médici/RO, está previsto no Plano Anual de Contratações, em conformidade com o inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

8.1. Conforme Estudo técnico preliminar, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

8.1.1. Do enquadramento na hipótese geral é qualificada a presente contratação em modelo de

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

inexigibilidade, prevista no caput do art. 79, I da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

8.1.2. E do art. 74, na hipótese do inciso IV do mesmo artigo da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação. A situação ora em análise deverá apresentar as seguintes características:

- a) O serviço deverá ser técnico profissional clínico geral ou especializado;
- b) O serviço deverá ser prestado de forma peculiar, diferenciada sempre levando em consideração os preços descritos na **Lei Municipal nº2387/2021**.
- c) Não é possível estabelecer uma comparação objetiva, em termos de conteúdo, com os diversos serviços do mesmo ramo;
- d) Diante desse quadro, a situação concreta a administração não tem interesse em restringir a contratação de um único prestador do serviço, configurando a possibilidade de inexigibilidade de licitação, e são preenchidos os requisitos da hipótese prevista no inciso 79 parágrafo único da Lei 14.133/21.

8.1.3. Sendo assim, de acordo com o texto legal, são requisitos para a configuração da hipótese de inexigibilidade:

- a) O objeto deve ser serviço técnico profissional clínico geral ou especializado;
- b) O serviço deve ter natureza singular;
- c) A administração não tem interesse em restringir a contratação de um único prestador do serviço.

Vejamos, em face da situação concreta, o preenchimento destes requisitos:

a) o serviço deve ser técnico profissional clínico ou especializado

a.1. Qualifica como serviços técnicos profissionais da Área médica especializada, não demandando maiores esclarecimentos nesse aspecto.

b) O serviço é de natureza singular:

b.1. A singularidade dos serviços solicitada por essa Secretaria Municipal se caracteriza em duas medidas:

**Marçal Justen Filho escreve:** A singularidade consiste na impossibilidade de encontrar objeto que satisfaz o interesse público dentro de um gênero padronizado, com uma categoria homogênea. Objeto singular é aquele que poderia ser qualificado como infungível, para valer-se de categoria da Teoria Geral do Direito. São infungíveis objetos que não podem ser substituídos por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade. Um objeto singular caracteriza-se quando é relevante para a Administração Pública a identidade específica do objeto, sendo impossível sua substituição por equivalentes.

b.1.1. É impossível estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem da capacidade e do desempenho do profissional que o executará. Portanto, qualquer tentativa de



---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

licitar serviço como este restaria frustrada, pela inviabilidade de processar-se o julgamento objetivo.

c) O prestador do serviço é notoriamente especializado;

c.1. pode ser considerado notoriamente especializado o profissional ou empresa que, em razão de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, tenha construído um conceito positivo em seu campo de atuação, de modo a possibilitar a conclusão de que é pessoa adequada para desempenhar o objeto, o que é comprovado por cópia de documentos de especialização.

d) A administração não tem interesse em restringir a contratação:

d.1. De uma maneira mais simples, o credenciamento é um método, um sistema pelo qual irá se efetivar uma contratação direta, pois como visto, trata-se de inexigibilidade, onde o Poder Público não seleciona apenas um participante, mas sim, pré-qualifica todos os interessados que preencham os requisitos previamente determinados no ato convocatório, a fim de serem credenciados junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados. Portanto, essa sistemática pressupõe a pluralidade de interessados e a indeterminação do número de prestadores suficientes para a adequada prestação do serviço e adequado atendimento do interesse público, de forma que quanto mais particulares tiverem interesse na execução do objeto, melhor será atendido o interesse público;

d.2. Neste caso, há uma necessidade que a Administração Pública pretende suprir mediante contrato, contudo, diferentemente do que ocorre na praxe, onde há apenas um vencedor, e, por consequência, apenas um contratado, no sistema de credenciamento não se objetiva um único contrato, mas vários, sendo que todos podem atender perfeitamente o objeto pretendido pelo Poder Público. Apesar da carência doutrinária e jurisprudencial, bem como de lei específica (em sentido estrito), o uso do credenciamento pelos entes da federação, como forma de preencher lacunas, em especial na saúde pública, vem aumentando constantemente. Dessa maneira, a discussão sobre esse tema é deveras importante, evitando práticas abusivas e ilícitas por parte da Administração Pública.

A fim de evitar abusos no uso desse instrumento, imprescindível o respeito a alguns requisitos fundamentais, para o fim de não o descaracterizar, sob pena de nulidade e até mesmo de prejuízos ao erário e à população usuária dos serviços. A esse respeito, o Tribunal de Contas da União TCU, questionado sobre a legalidade do credenciamento (Decisão 656/1995) posicionou-se positivamente, com fundamento no artigo da antiga lei 25 da Lei 8.666/93, desde que respeitados os princípios da administração pública e os seguintes requisitos:

1. dar ampla divulgação, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, podendo também a Administração utilizar-se, suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional;

2. fixar os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se, de modo que os profissionais que vierem a ser credenciados tenham, de fato, condições de prestar um bom atendimento, sem que isso signifique restrição indevida ao credenciamento;

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

3. fixar, de forma criteriosa, a tabela de preços que remunerará dos serviços médicos e os critérios de reajustamento, bem assim as condições e prazos para o pagamento dos serviços faturados;
  4. consignar vedação expressa do pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, p. ex.) da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados;
  5. estabelecer as hipóteses de descredenciamento, de forma que os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas para o atendimento, sejam imediatamente excluídos do rol de credenciados;
  6. Os interessados poderão solicitar credenciamento a qualquer momento, a partir da publicação deste Chamamento Público, desde que cumpram todos os requisitos exigidos e enquanto estiver em vigor o referido processo.
  7. prever a possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração, com a antecedência fixada no termo;
  8. possibilitar que os usuários denunciem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento; e
  9. fixar as regras que devam ser observadas pelos credenciados no atendimento (como p. ex. proibição de que o credenciado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco). (TCU 656/1995. Processo n.º TC 016.522/95-8. Relator Ministro Homero Santos. DOU 28.12.1995. Página 22.549).
- 8.1.4. Assim, um dos destaques deste instrumento é a possibilidade de qualquer interessado pessoa jurídica, poder se credenciar a qualquer momento, desde que cumpra com os requisitos elencados no edital e desde que o certame ainda esteja em vigência.
- 8.1.5. A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.
- 8.1.6. A contratada deverá treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como na prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.
- 8.1.7. A contratada deverá orientar os funcionários sobre o cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.
- 8.1.8. A contratada deverá administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA com observação estrita da Constituição Federal brasileira, dos Códigos de Ética e Regulamentação do Processo Disciplinar, das Leis nº 8.080/90, 8.142/90 e 8.666/93, Portaria MS-SAS nº 134, de 04 de abril de 2011, 2.567/2016 do Ministério da Saúde (MS), Portaria MS-SAS 1.034/10 e demais normas aplicáveis à espécie, sem prejuízo das

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

disposições seguintes.

a) Poderão ser credenciados profissionais de saúde e que possuam a documentação necessária para celebração do Termo de Credenciamento Profissional, bem como pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde.

Os atendimentos deverão ser realizados nas dependências das unidades de Saúde do Município de Presidente Médici - RO, dependendo de rigoroso controle de ponto e fiscalização.

Para os efeitos deste ETP consideram-se profissionais da CONTRATADA:

A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados; Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatização suplementar exercidos pela Contratante sobre a execução do objeto deste, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.142/90), além das Normas Operacionais da Saúde.

É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste CONTRATO, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante ou para o Ministério da Saúde. Os agendamentos dos procedimentos serão realizados por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

A empresa credenciada, caso deseje desistir do credenciamento, deverá formalizar a solicitação **com antecedência mínima de 15 dias**. Essa exigência tem como objetivo garantir que haja tempo suficiente para realizar o processo de desc credenciamento de forma adequada, sem causar prejuízos à continuidade dos serviços e ao planejamento da administração pública. A antecipação dessa solicitação permite um planejamento mais eficaz, possibilitando a busca de alternativas ou a reorganização dos serviços de maneira a não comprometer a qualidade e a regularidade dos atendimentos prestados.

## **8.2. Dos critérios de julgamento, avaliação técnica e ordem de classificação**

Não serão recebidos propostas que contenham documentação apenas parcial ou em desacordo com aquela exigida no Edital ou Termo de Referência, sendo que, nestes casos, as empresas serão consideradas inabilitadas para fins de credenciamento. Todavia, as empresas não ficarão impedidas de reapresentarem, posteriormente, toda a documentação necessária à habilitação, enquanto estiver vigente o edital da referida Chamada Pública para Credenciamento.

## **8.3. Do planejamento mensal dos atendimentos:**

**Até o dia 20 (vinte) de cada mês**, a Secretaria Municipal de Saúde notificará todos os credenciados com contratos assinados e publicados até essa data sobre as especialidades, datas e horários que deverão ser atendidos no mês subsequente.

Os credenciados deverão informar, em até 05 (cinco) dias corridos, os nomes dos profissionais que realizarão os

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

serviços em cada dia e turno designados.

#### **8.4. Da divisão mensal das demandas: RETIRAR**

As demandas mensais serão distribuídas pela Unidade em que o credenciado irá prestar o atendimento de forma equitativa entre as empresas contratadas, respeitando os critérios estabelecidos durante a vigência do processo de chamamento público.

**Médico Clínico Geral: poderá fazer até 36 horas semanais Médicos Especialistas: poderá fazer até 24 horas semanais.** Somente o médico clínico geral credenciado que atuará com médico visitador poderá ultrapassar a carga horária de 36 horas semanais.

#### **8.5. Das obrigações da Contratada:**

A contratada deverá executar os serviços nos dias e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, cumprindo rigorosamente as escalas e demandas designadas.

A contratada será integralmente responsável por quaisquer prejuízos causados ao contratante durante a vigência do contrato, incluindo omissões relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais aplicáveis.

A contratada deverá assumir total responsabilidade por compromissos firmados com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

A contratada deverá observar as seguintes disposições contratuais obrigatórias:

- I. Adotar medidas para evitar a corresponsabilidade do município em relação a verbas trabalhistas.
- II. Autorizar o repasse direto aos trabalhadores da remuneração não paga em caso de retenção de faturas por inadimplência ou falta de certidões.
- III. Aceitar sanções administrativas por inexecução total ou parcial das obrigações trabalhistas e sociais.
- IV. Garantir que a execução completa do contrato esteja condicionada à comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.
- V. Prestar serviços de atenção à saúde conforme padrões técnicos e éticos definidos pelos órgãos de classe, sem discriminação no atendimento ou nas técnicas empregadas.
- VI. Observar as normas gerais da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento de pacientes e realização de serviços de diagnóstico.
- VII. Prestar esclarecimentos à Coordenação das Unidades de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde sempre que solicitado.
- VIII. Cumprir normas e diretrizes estabelecidas pela Coordenação das Unidades de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde.

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

- IX. Preencher documentos, prontuários e relatórios com clareza, letra legível, assinatura e carimbo do profissional responsável.
- X. Emitir laudos, pareceres e atestados conforme sua competência, no caso de médicos.
- XI. Seguir as escalas de serviços predeterminadas e atender pacientes com ética e resolutividade, priorizando emergências/urgências.
- XII. Assumir responsabilidade por erros ou procedimentos irregulares cometidos pelos profissionais vinculados.
- XIII. Registrar notificações de agravo e demais documentos administrativos imediatamente após os procedimentos.
- XIV. Permitir a fiscalização do contrato pela administração municipal.
- XV. Participar de reuniões quando convocado e apresentar a relação de profissionais, incluindo documentos de comprovação de experiência e qualificação.
- XVI. Comunicar problemas com pessoal à Secretaria de Saúde de forma imediata.
- XVII. Responsabilizar-se por danos causados à administração ou a terceiros, por dolo ou culpa, durante a execução dos serviços.
- XVIII. Cumprir a Política Nacional de Humanização (PNH) e demais diretrizes municipais.
- XIX. Apresentar relatórios mensais detalhando os serviços prestados, acompanhados da Nota Fiscal.
- XX. Garantir a frequência e pontualidade dos profissionais, registrando-as por ponto eletrônico ou folha de ponto.
- XXI. Manter os profissionais alocados nos locais de trabalho durante todo o período estipulado em escala.
- XXII. Cumprir a Norma Regulamentadora (NR) nº 32 e demais normativas sobre segurança e saúde no trabalho.
- XXIII. Assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

## **9. DAS GARANTIAS CONTRATUAIS**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10. DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA**

10.1. Os serviços solicitados, deverão ser prestados no Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, Centro atenção Psicossocial, Centro de Saúde Maria de Fátima Bonfim e nas Equipe Saúde da Família.

10.2. O fornecimento/entrega deverá ser efetuado mediante nota de empenho, referenciado na requisição e nota fiscal. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, na ausência da

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

**11. Modelo de execução do objeto**

11.1. A prestação dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

11.2. A CONTRATADA, após receber a ordem de serviço deverá:

11.2.1. Realizar consultas na área de especialidade contratada, empregando processos adequados e instrumentação específica, tratamentos clínicos, prescrevendo medicamentos e tratamentos necessários, para promover ou recuperar a saúde;

11.2.2. Atuar na atenção à saúde das pessoas sob sua responsabilidade, o que inclui estratificação de risco, elaboração de planos de cuidados para as pessoas portadoras de condições crônicas, em suas intercorrências e procedimentos e ou exames de segurança sanitária;

11.2.3. Atuar com espírito participativo e de liderança colaborativa, sendo capaz de trabalhar em equipes multiprofissionais e público em situação de vulnerabilidade social;

11.2.4. tratar pacientes; implementa ações para promoção da saúde;

11.2.5. coordena programas e serviços em saúde;

11.2.6. Realizar as demais atribuições previstas no Plano de Cargos - Município de Presidente Médici/RO.

11.2.7. Realizar a prestação de serviços conforme necessidade de horários definidos pela Secretaria Municipal de Saúde e se necessário mediante escala definida pela SEMUSA.

11.2.8. O não cumprimento das atividades ligadas aos itens anteriores poderão gerar o descredenciamento da contratada.

**11.3. Procedimentos Administrativos:**

a) Registrar os pacientes atendidos os procedimentos realizados, através de prontuários, subscrever o médico responsável pelo atendimento/procedimento, devendo o mesmo ser arquivados em consonância com as determinações legais, especialmente quanto ao prazo;

b) Preencher a guia com os procedimentos realizados;

c) Elaborar relatórios periódicos (mensais) dos atendimentos realizados com a indicação do número de procedimentos executados no período, de acordo com o cadastramento fornecido pela SEMUSA;

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

- d) Os profissionais deverão utilizar os sistemas de gestão da Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Emitir nota fiscal mensal discriminando os serviços realizados e o quantitativo de cada um deles.

**11.4. O pagamento será efetuado de acordo com o número de horas/serviços realizados de forma mensal e devidamente controlada mediante ponto eletrônico;**

11.5. Os atendimentos e avaliações deverão ser realizadas nas dependências das unidades de saúde deste município.

11.6. Os quantitativos acima descritos **poderão ser acrescidos** a considerar o aumento da necessidade da população que está sob a tutela do Município de Presidente Medici/RO, devendo ser efetivamente comprovada;

11.7. Qualquer interessado que cumpra com os requisitos básicos do presente Termo de Referência **poderá se credenciar a qualquer momento** durante a vigência do presente chamamento público.

11.8. Poderão participar desta despesa, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificados, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

11.9. As lotações e atividades deverão ser desenvolvidas em dia e horários a serem estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, afim de não onerar o atendimento da SEMUSA.

11.10. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas no Edital e seus anexos e no Termo de Contrato de prestação de serviços, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao(a) Contratado(a) para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência, no Edital e no Termo de Contrato.

## **12. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

12.5.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

12.5.2. O fiscal técnico do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

12.5.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.5.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.5.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.5.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

12.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

12.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

12.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

12.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

12.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.12. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **13. DO PAGAMENTO**

13.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

13.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**14. Critérios de seleção do fornecedor - Forma e critérios de seleção do fornecedor**

14.1. Os profissionais interessados deverão, para cadastramento e eventual contratação e/ou credenciamento, **apresentar 02 (duas) cópias, autenticadas ou cópias com a apresentação original**, dos seguintes documentos:

14.2. Registro comercial, no caso de empresário individual;

14.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou contrato consolidado em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

14.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a diretoria em exercício;

14.5. Decreto de autorização, caso se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.6. Certificado de Registro do CNPJ junto ao Conselho Regional de Medicina.

14.7. Certificado de responsabilidade Técnica do Médico responsável pela clínica ou hospital. Este deverá durante a vigência do contrato, em uma das seguintes situações:

14.7.1. Se fizer parte do quadro permanente da interessada, condição comprovada através de fotocópia autenticada da ficha de registro de empregados ou do registro em carteira profissional, juntada aos documentos de habilitação.

14.7.2. Se profissional autônomo contratado pela empresa, condição comprovada por cópia autenticada do contrato, juntada aos documentos da habilitação.

14.7.3. Se proprietário, ou sócio ou administrador da empresa, condição comprovada por cópia autenticada do contrato social da empresa, junto aos documentos da habilitação.

14.7.4. A apresentação de habilitação técnica na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente as especificações e as condições estabelecidas no edital e obteve as informações necessárias e satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar sua documentação.

14.8. Documento oficial com foto do sócio administrador da empresa (RG/CNH).

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

14.9. Curriculum vitae do Responsável Técnico com comprovação dos títulos.

14.10. certidões negativas de débito, federal, estadual e municipal, Certidão de Regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pelo Ministério da Fazenda / Procuradoria da Fazenda Nacional /

14.11. Secretaria da Receita Federal do Brasil;

14.12. Certificado de Regularidade do FGTS CRF;

14.13. Certificado de Regularidade Previdenciária CRP.

14.14. Alvará de funcionamento ou Sintegra;

14.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas jurídicas do MF (CNPJ/MF);

14.16. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordata);

14.17. Certidão de Regularidade de Débito Trabalhista – CNDT

14.18. A qualificação econômico-financeira depende da apresentação de certidão negativa de certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da Comarca em que estiver sediado o interessado.

14.19. Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar a certidão negativa de certidão negativa de falência ou concordata em seu favor, sem prejuízo da relativa à matriz.

14.19.1. Regularidade trabalhista depende da apresentação dos seguintes documentos:

14.19.2. Certidão negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

14.20. As certidões de que trata o item deverão se referir ao mesmo CNPJ exposto pedido de credenciamento;

14.21. Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar as certidões referidas no item em seu favor, sem prejuízo das relativas à matriz;

14.22. Aos interessados enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte que não gozem de regularidade fiscal e/ou trabalhista será facultada a regularização na forma do § 1.º do art. 43 da Lei complementar nº 123/2006;

14.23. As microempresas e empresas de pequenos interessados em usufruir a faculdade prevista neste item deverão comprovar essa condição mediante apresentação, no requerimento, de declaração de que não paira sobre ela nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do art. 3.º da Lei complementar nº 123/2006 e ainda, comprovação de que se enquadra nos limites estabelecidos pelos incisos I e II do caput do art. 3º desta mesma lei.

14.24. A habilitação do interessado depende da apresentação de declaração de que cumpre o inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República.

**14.25. Demais documentos e informações necessárias:**

14.25.1. Requerimento de credenciamento e declaração de relação de parentesco.

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

14.25.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste termo referencial/edital e em seus anexos.

14.25.3. Fica entendido que as especificações e toda a documentação de credenciamento são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe, que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

14.25.4. Comprovante de responsável técnico, médico com inscrição regular no Conselho de Classe competente CRM, mediante apresentação de certificado ou documento equivalente; 14.25.5 Diploma de especialidade na área médica exigida no presente certame.

14.25.6. Ter capacidade técnica para atendimento de para realização de consultas e atendimentos médicos especializados nas áreas deste certame, declarando por escrito e seguindo as normas técnicas do respectivo conselho;

14.26.7. As pessoas jurídicas e físicas deverão acatar todas as resoluções e normativas do respectivo conselho de Medicina que regulem o objeto licitado.

14.27.8. Os atendimentos deverão ser realizados nas dependências das unidades de Saúde do Município de Presidente Médici/RO, dependendo de rigoroso controle de ponto e fiscalização.

**14.28. A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS.**

14.28.1. Carteira do Conselho de Classe do respectivo Conselho Regional de Rondônia;

14.28.2. Certidão negativa do Conselho de Classe, no tocante a anuidade e a existência de penalidades do exercício da profissão;

14.28.3. Certidão de antecedentes criminais junto a Justiça Federal do domicílio em que o profissional reside;

14.28.4. Certidão de antecedentes criminais junto a Justiça Estadual do domicílio em que o profissional reside;

**15. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**15.1. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE CHAMADA PÚBLICA:** Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Presidente Medici/RO ou com qualquer outro Município ou ente da administração, direta ou indireta.

a) Não poderão participar do Credenciamento: Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de contratar com a Administração Pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado;

c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função de Agente de Contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

d) Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

#### **16. ESTIMATIVA DO VALOR**

16.1. Com base na Lei Municipal Nº 2387/2021, Artigo 11, Parágrafos I e II, os valores pagos aos profissionais médicos variam de acordo com a especialidade e o tempo de trabalho. Os médicos clínicos gerais serão remunerados no valor de R\$ 100,00 por hora trabalhada, enquanto os médicos especialistas terão uma remuneração de R\$ 150,00 por hora trabalhada.

O valor total de **Cinco milhões, novecentos e noventa mil e quatrocentos reais**,

corresponde às quantidades de horas solicitadas e estimadas neste estudo técnico preliminar. Esse valor reflete a soma dos serviços médicos solicitados, levando em consideração tanto as horas trabalhadas pelos médicos clínicos gerais quanto pelos especialistas, conforme as taxas estabelecidas pela legislação vigente.

O valor estimado é de **(R\$): 5.990.400,00**.

#### **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão:

Programa: 2212 Incentivo da APS - custeio

Ficha: 224

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00

Programa: 2072 Manut. da Média e Alta Complexidade

Ficha: 235

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00

Programa: 2074 Manut. do Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS

Ficha: 239

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00

#### **18. DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA**

##### **18.1. Da divisão mensal das demandas:**

As demandas mensais serão distribuídas pela Unidade em que o credenciado irá prestar o atendimento de forma equitativa entre as empresas contratadas, respeitando os critérios estabelecidos durante a vigência do processo de chamamento público.

**Médico Clínico Geral: poderá fazer até 36 horas semanais**

**Médicos Especialistas: poderá fazer até 24 horas semanais.**

Somente o médico clínico geral credenciado que atuará com médico visitador poderá ultrapassar a carga horária de 36 horas semanais.

**18.2. Não haverá** qualquer obrigação à Prefeitura Municipal de Presidente Medici/RO caso, **ao encerramento da vigência do credenciamento**, algum profissional credenciado não venha a ser convocado para prestar os

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

serviços, em função de sua colocação no banco de credenciados, em conformidade com os critérios estabelecidos neste instrumento;

18.3. Os quantitativos poderão aumentar conforme a demanda do Município de Presidente Medici/RO e a população do município.

18.4. Será publicado resultado dos credenciamentos Diário Oficial dos Municípios de Rondônia - AROM.

## **20. DO FORO**

Fica eleito o Foro desta comarca, Seção Judiciária de Presidente Medici/Ro do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

## **21. INFORMAÇÕES GERAIS**

Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3471-3355 (WhatsApp) ou na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, situada na Rua Independência, Nº. 2417, Presidente Médici-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

Presidente Médici, 31 de março de 2025.

**Aprovado por:**

Sirlei de Oliveira Grangeiro Calegari

**Secretária municipal de saúde**

ROZILEY DARC DA COSTA

**COORDENADORA FINANCEIRO DO FMS**

Digitado por: Ingrid Natalia Alves Ferreira

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2025**

**ANEXO VII - DO EDITAL**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/PMPM/2025**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
PRESIDENTE MÉDICI E A PESSOA JURÍDICA \_\_\_\_\_,

Endereço: Av. São João Batista, 1613 - Centro, Pres. Médici - RO, 76916-000



---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI - ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.632.212/0001-42, com sede na Avenida São João Batista, nº. 1613– Presidente Médici – RO, neste ato representado pelo (a) Secretária Municipal de Saúde - SEMUSA, o(a) Senhor(a) Sr<sup>a</sup> Sirlei de Oliveira Grangeiro Calegari, de acordo com delegação de competência prevista na PORTARIA Nº 96/SEMGOV/2025 06 de janeiro de 2025.

**CONTRATADA:** Pessoa Jurídica \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu representante legal, o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, de acordo com os poderes de administração concedidos no contrato social / no requerimento de empresário individual / na representação legal que lhe é outorgada por procuração.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, as partes pactuam o presente Contrato, cuja celebração decorre do Chamamento Público nº 001/2024, constante do Processo nº 1-583/2025, e que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21, e posteriores alterações, atendidas às cláusulas e condições que se seguem:

## **1. DO OBJETO**

1.1 contratação de profissionais especializados na área de saúde, Serviços médicos complementares de Horas de Médico Clínico Geral e especialistas visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Médici/RO, em conformidade com a [Lei Municipal 2387 de 12/05/2021](#).

1.2 Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Chamamento Público nº 002/2025, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

## **2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

2.1 O valor a ser pago por hora trabalhada, tendo como base de cálculo na Lei de nº 2387 de 2021.

2.2 O valor total da contratação é de R\$...... ( )

2.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **3. DA VIGÊNCIA**

3.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 O presente contrato poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e da contratada, desde que mantidas as condições iniciais, observado o interesse público e a conveniência administrativa.

3.3 A prorrogação poderá ocorrer por iguais e sucessivos períodos, respeitado o limite legal de duração contratual conforme o tipo de objeto (fornecimento contínuo, prestação de serviços etc.), independentemente da celebração de termo aditivo, desde que expressamente prevista no edital e no contrato.

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

3.4 A prorrogação dar-se-á mediante celebração de termo aditivo, nas seguintes hipóteses:

- I – Para serviços prestados de forma contínua, por períodos sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses;
- II – Para assegurar a conclusão do objeto, sua adequação ao interesse público ou à transição contratual, conforme previsto no §1º do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.5 A contratada será comunicada formalmente sobre a intenção da prorrogação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término contratual.

#### **4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 Os serviços solicitados, deverão ser prestados no Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, Centro atenção Psicossocial, Centro de Saúde Maria de Fátima Bonfim e nas Equipe Saúde da Família.

4.2. O fornecimento/entrega deverá ser efetuado mediante nota de empenho, referenciado na requisição e nota fiscal. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

4.3. Modelo de execução do objeto

4.3.1. A prestação dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

4.3.2. A CONTRATADA, após receber a ordem de serviço deverá:

4.3.3. Realizar consultas na área de especialidade contratada, empregando processos adequados e instrumentação específica, tratamentos clínicos, prescrevendo medicamentos e tratamentos necessários, para promover ou recuperar a saúde;

4.3.4. Atuar na atenção à saúde das pessoas sob sua responsabilidade, o que inclui estratificação de risco, elaboração de planos de cuidados para as pessoas portadoras de condições crônicas, em suas intercorrências e procedimentos e ou exames de segurança sanitária;

4.3.5. Atuar com espírito participativo e de liderança colaborativa, sendo capaz de trabalhar em equipes multiprofissionais e público em situação de vulnerabilidade social;

4.3.6. tratar pacientes; implementa ações para promoção da saúde;

4.3.7. coordena programas e serviços em saúde;

4.3.6. Realizar as demais atribuições previstas no Plano de Cargos - Município de Presidente Médici/RO.

4.3.7. Realizar a prestação de serviços conforme necessidade de horários definidos pela Secretaria Municipal de Saúde e se necessário mediante escala definida pela SEMUSA.

4.3.8. O não cumprimento das atividades ligadas aos itens anteriores poderão gerar o descredenciamento da contratada.

4.4 Procedimentos Administrativos:

a) Registrar os pacientes atendidos os procedimentos realizados, através de prontuários, subscrever o médico responsável pelo atendimento/procedimento, devendo o mesmo ser arquivados em consonância com as

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

determinações legais, especialmente quanto ao prazo;

b) Preencher a guia com os procedimentos realizados;

c) Elaborar relatórios periódicos (mensais) dos atendimentos realizados com a indicação do número de procedimentos executados no período, de acordo com o cadastramento fornecido pela SEMUSA;

d) Os profissionais deverão utilizar os sistemas de gestão da Secretaria Municipal de Saúde;

e) Emitir nota fiscal mensal discriminando os serviços realizados e o quantitativo de cada um deles.

4.5. O pagamento será efetuado de acordo com o número de horas/serviços realizados de forma mensal e devidamente controlada mediante ponto eletrônico;

4.6. Os atendimentos e avaliações deverão ser realizadas nas dependências das unidades de saúde deste município.

4.7. Os quantitativos acima descritos poderão ser acrescidos a considerar o aumento da necessidade da população que está sob a tutela do Município de Presidente Medici/RO, devendo ser efetivamente comprovada;

4.8. Qualquer interessado que cumpra com os requisitos básicos do presente Termo de Referência poderá se credenciar a qualquer momento durante a vigência do presente chamamento público.

4.9. Poderão participar desta despesa, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificados, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

4.10. As lotações e atividades deverão ser desenvolvidas em dia e horários a serem estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, afim de não onerar o atendimento da SEMUSA.

4.11. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas no Edital e seus anexos e no Termo de Contrato de prestação de serviços, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao(a) Contratado(a) para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência, no Edital e no Termo de Contrato.

## **5. DA FISCALIZAÇÃO**

5.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 A contratada deverá executar os serviços nos dias e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, cumprindo rigorosamente as escalas e demandas designadas.

6.2 A contratada será integralmente responsável por quaisquer prejuízos causados ao contratante durante a vigência do contrato, incluindo omissões relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais aplicáveis.

6.3 A contratada deverá assumir total responsabilidade por compromissos firmados com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

6.4 A contratada deverá observar as seguintes disposições contratuais obrigatórias:

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

- I. Adotar medidas para evitar a corresponsabilidade do município em relação a verbas trabalhistas.
- II. Autorizar o repasse direto aos trabalhadores da remuneração não paga em caso de retenção de faturas por inadimplência ou falta de certidões.
- III. Aceitar sanções administrativas por inexecução total ou parcial das obrigações trabalhistas e sociais.
- IV. Garantir que a execução completa do contrato esteja condicionada à comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.
- V. Prestar serviços de atenção à saúde conforme padrões técnicos e éticos definidos pelos órgãos de classe, sem discriminação no atendimento ou nas técnicas empregadas.
- VI. Observar as normas gerais da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento de pacientes e realização de serviços de diagnóstico.
- VII. Prestar esclarecimentos à Coordenação das Unidades de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde sempre que solicitado.
- VIII. Cumprir normas e diretrizes estabelecidas pela Coordenação das Unidades de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde.
- IX. Preencher documentos, prontuários e relatórios com clareza, letra legível, assinatura e carimbo do profissional responsável.
- X. Emitir laudos, pareceres e atestados conforme sua competência, no caso de médicos.
- XI. Seguir as escalas de serviços predeterminadas e atender pacientes com ética e resolutividade, priorizando emergências/urgências.
- XII. Assumir responsabilidade por erros ou procedimentos irregulares cometidos pelos profissionais vinculados.
- XIII. Registrar notificações de agravo e demais documentos administrativos imediatamente após os procedimentos.
- XIV. Permitir a fiscalização do contrato pela administração municipal.
- XV. Participar de reuniões quando convocado e apresentar a relação de profissionais, incluindo documentos de comprovação de experiência e qualificação.
- XVI. Comunicar problemas com pessoal à Secretaria de Saúde de forma imediata.
- XVII. Responsabilizar-se por danos causados à administração ou a terceiros, por dolo ou culpa, durante a execução dos serviços.
- XVIII. Cumprir a Política Nacional de Humanização (PNH) e demais diretrizes municipais.
- XIX. Apresentar relatórios mensais detalhando os serviços prestados, acompanhados da Nota Fiscal.
- XX. Garantir a frequência e pontualidade dos profissionais, registrando-as por ponto eletrônico ou folha de ponto.
- XXI. Manter os profissionais alocados nos locais de trabalho durante todo o período estipulado em escala.

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

XXII. Cumprir a Norma Regulamentadora (NR) nº 32 e demais normativas sobre segurança e saúde no trabalho.

XXIII. Assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

## **7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1 As sanções administrativas são aquelas previstas no Art. 155 de acordo com o que estabelecem na Lei nº. 14.133/21.

## **8. DA RESCISÃO**

8.1 A rescisão das obrigações decorrentes do contrato se processará de acordo com o que estabelecem na Lei nº. 14.133/21.

8.2. A rescisão amigável se dará a qualquer tempo, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

## **9. DAS VEDAÇÕES**

9.1 É vedado à CONTRATADA:

9.1.1 caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

9.1.2 interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **10. DAS ALTERAÇÕES**

10.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelo capítulo VII da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **11. DOS CASOS OMISSOS**

11.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **12. DA PUBLICAÇÃO**

12.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. DO FORO**

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML**

---

13.1 Fica eleito o Foro desta comarca, Seção Judiciária de Presidente Medici/Ro do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Presidente Médici, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA  
CONTRATANTE

---

**Representante legal da CONTRATADA**